

RESENHA

Lélia Gonzalez e o feminismo afro-latino-americano

**Nilma Alves Adriano¹,
Ana Paula Pires Lourenço²**

1. Pedagoga, Professora de Ensino Fundamental em Escola Municipal de Belo Horizonte com Mestrado em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). <https://orcid.org/0000-0002-0212-5902> nilmaa@edu.pbh.gov.br

2. Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista (UNIFESP-BS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares na mesma instituição. <https://orcid.org/0000-0002-0887-0209> applourenco@unifesp.br

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020. 376 p.

Foi no ano de 2020, em meio a uma crise sanitária de caráter pandêmico obrigando o fechamento de diversos setores, inclusive das instituições de educação básica e superior, que teve início o grupo de estudos “Intelectuais Negras Brasileiras”, vinculado ao Núcleo de Estudos de Reflexos de Palmares, da Universidade Federal de São Paulo, coordenado pela professora Renata Gonçalves. O grupo reúne pesquisadoras de vários campos de estudos, ligadas a diversas instituições do país. Nesse espaço de pesquisas e de trocas, onde

cada subgrupo se debruça para investigar a biografia de uma intelectual negra brasileira, nos aproximamos substancialmente de Lélia Gonzalez e de sua proposta de um feminismo afro-latino-americano.

No final do mesmo ano, foi lançado o livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, sob a organização cuidadosa das pesquisadoras Flávia Rios e Márcia Lima. Trata-se de uma obra reconhecidamente fundamental para a compreensão dos atravessamentos que levaram Lélia Gonzalez ao estudo do racismo, procurando romper com a ideologia da democracia racial e problematizando a contribuição dos povos de origem afro-latino-americana para a cultura brasileira.

A iniciativa de disseminar o pensamento de Lélia Gonzalez a partir da organização do livro em forma de coletânea, reunindo os textos da autora desde 1975 até meados de 1990, só poderia se efetivar com o trabalho dedicado de duas renomadas pesquisadoras. Uma delas é Flávia Rios, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), que desde o início dos anos 2000 se debruça em estudos sobre a questão racial, tendo produzido na graduação o trabalho intitulado *“Lélia Gonzalez e a intelectualidade negra”*. Márcia Lima, a segunda organizadora do livro, é professora da Universidade de São Paulo (USP) e desde a década de 1990 desenvolve pesquisas relativas à temática racial e, sobretudo, o feminismo negro.

Nos ensaios de Lélia Gonzalez, afirmam as organizadoras, “encontramos suas formulações mais aprofundadas... É onde expõe de forma mais robusta e erudita a sua formação intelectual” (RIOS; LIMA, 2020, p. 9). Ao escrutinarem textos veiculados na imprensa alternativa em tempos de ditadura militar e livros não mais encontrados em forma física ou virtual, Rios e Lima (2020) apresentam Lélia González como a intelectual mais expressiva do século xx. Esta afirmação renderá às organizadoras uma crítica contundente da escritora e militante do movimento de mulheres negras Cidinha da Silva (2021), como veremos mais adiante.

Cabe enfatizar, no entanto, que as organizadoras conseguiram traduzir no livro a potência de Lélia Gonzalez, desde a capa, cuidadosamente elaborada, trazendo de forma impactante não somente o nome e sobrenome

(fundamentais para a autora, que dizia que se os/as negros/as não os apresentassem, logo seriam chamados/as por quaisquer apelidos depreciativos), mas também a imagem de Lélia González, com sua exuberância e alegria, além de seu olhar voltado para trás em reverência às que vieram antes, à sua ancestralidade.

Na coletânea encontramos notas, bibliografias, fontes documentais, nota biográfica, cronologia de Lélia Gonzalez, além de informações sobre as organizadoras. O corpo do livro, propriamente dito, está dividido em três partes. A primeira contém 11 *Ensaio*s que trazem formulações mais aprofundadas sobre a realidade brasileira, problematizando a cultura, o racismo, a condição das mulheres negras; na segunda parte, intitulada *Intervenções*, composta por 23 textos, são encontrados os artigos críticos publicados na grande imprensa e em periódicos do movimento negro e feminista; e, por fim, na última parte, que recebeu o nome de *Diálogos*, encontramos as entrevistas em que Gonzalez fala de sua família; de sua militância nos movimentos negro, feminista e de mulheres negras; de sua passagem pela política partidária e de sua aproximação com Lacan.

Apesar dessa escolha das organizadoras em dividir a obra em três partes, o livro se sustenta também em dois grandes pilares que subsidiam nossa leitura. De um lado, a trajetória da intelectual negra e, de outro, as contribuições que a levam a sugerir a emergência de um feminismo afro-latino-americano. Nesse percurso, emerge uma preocupação central de Lélia Gonzalez: a mulher negra como representação de força e de resistência.

Conhecendo a intelectual americana

Lélia de Almeida chegou ao mundo em 1935, no dia primeiro de fevereiro, em Belo Horizonte - MG. Ela foi filha de um ferroviário negro, Acácio, e de uma empregada doméstica indígena, Urcinda. Sempre falava com muito orgulho de sua origem e explicava que era a 17ª filha de uma família com 18 irmãos. Um de seus irmãos, Jaime, se tornou membro profissional do time de futebol Flamengo, o que levou Lélia e sua família a residir no Rio de Janeiro, quando ela tinha oito anos de idade (GONZALEZ, 2020, p. 319).

Ainda no início da sua fase escolar, Lélia já trabalhava como babá em algumas casas e ajudava no sustento da família. “Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo” (GONZALEZ, 2020, p. 319). Segundo a autora, este seria seu destino, como foi o caminho quase único para seus irmãos e irmãs mais velhos/as. Lélia era frequentemente incentivada aos estudos e conseguiu concluir o ensino fundamental e, posteriormente, o ensino médio, possibilitada por uma família italiana para a qual sua mãe trabalhava (RATTS; RIOS, 2010).

A ascensão social de sua família possibilitou que ela pudesse dar continuidade a seus estudos: “meu irmão me estimulou muito para o estudo e eu terminei cursando o nível superior, cursei antropologia e filosofia na graduação e fiz comunicação e antropologia na pós-graduação (GONZALEZ, 2020, p. 319). Foi fluente em diversas línguas, foi tradutora e responsável por traduzir textos em francês e atuou como professora universitária de algumas disciplinas como, por exemplo, Cultura Brasileira (RATTS; RIOS, 2010).

Na vida adulta, Lélia começou a compreender que as suas vivências não eram isoladas e nem inéditas para a população negra brasileira em geral, e para as mulheres negras em particular. Cresceu, como muitos de nós, sem ter a noção de pertencimento a uma América, a um povo que muito se assemelhava a ela. Em 1964, Lélia casou-se com Luiz Carlos Gonzalez, um homem branco, de ascendência espanhola, proveniente de uma classe social bem sucedida e pertencente a uma família que não olhava Lélia com bons olhos. A autora percebeu que enquanto eles apenas namoravam a família não problematizava tanto o relacionamento dos dois, mas a partir do momento em que Luiz decide assumi-la como sua esposa, o olhar deles para com Lélia mudara de maneira que a família interferiu na relação dele quando descobriu o casamento, e precisaram, então, se afastar mais tarde pela não aceitação da união do casal (RATTS; RIOS, 2010).

A família de Luiz questionava o fato de ele partilhar o sobrenome com uma mulher preta, o que, para eles, era uma desonra para todos os familiares. Lélia entendeu, portanto, que o que configurava a rejeição deles era o racismo. Ficaram aproximadamente um ano casados, pois Luiz acabou cometendo

suicídio por não aguentar a pressão familiar que recaía constantemente sobre ele. Em homenagem ao marido, Lélia optou por manter o sobrenome que recebeu dele e é como ficou conhecida até hoje: Lélia Gonzalez.

Após o trágico fim de Luiz Carlos, a intelectual se retirou para um tempo de luto em Minas Gerais. Ao final da década casou-se novamente, mas essa união também não durou muito tempo. Foi nesse contexto de dor causada pelo racismo que a intelectual negra começou a querer compreender com mais profundidade as implicações da questão étnico-racial na vida e os desdobramentos disso nas variadas relações sociais. Lélia antes de conhecer Luiz Carlos não se interessava por política e vivia afastada dos debates sobre os quais passaria a estudar. A autora ainda não havia problematizado a maneira como estava sendo embranquecida. Foi o companheiro que a introduziu na discussão política sobre como o embranquecimento levava a uma falta de identidade. Mais tarde, a autora perceberia que nenhuma experiência pessoal ou social é vivida numa via de mão única. Ao mesmo tempo em que Lélia, na maturidade, repensava o processo de branqueamento vivido na juventude, também é possível perceber que ela experimentou uma crítica ao seu comportamento e à sua postura social e racial (RATTS; RIOS, 2010)

Obviamente, o racismo sempre esteve presente na vida de Lélia Gonzalez, que percebia desde muito cedo qual o lugar de trabalhadores/as negros/as na sociedade. A autora viu desde pequena como o serviço doméstico era direcionado sobremaneira às mulheres e às meninas negras. Após conhecer aquele homem espanhol, conseguiu entender e digerir outros elementos que não estavam ainda ao alcance de suas percepções. Foram processos como esses e como os que ela viveu após o suicídio do marido que a levaram a se inserir numa jornada acadêmica e política que consolidaram o pensamento de Lélia Gonzalez. A vida da autora foi profundamente alterada a partir do fim trágico do marido. Desde então, começou um processo de enegrecimento. Nascia “uma intelectual ativista negra insurgente que fazia o trânsito, ou, tomando emprestado seu modo de falar, a ‘transa’ entre o pessoal, o cultural e o político” (RATTS; RIOS, 2010. p. 71).

Como escreveu Gonçalves (2021, p. 79): “Enegrecer significou profunda mudança pessoal, teórica e política”. Estas mudanças, nas palavras da autora, aparecem da seguinte, forma:

A partir daí, fui transar o meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação em Filosofia, transando uma forma cultural ocidental tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas, enfim: voltei às origens, busquei as minhas raízes e passei a perceber, por exemplo, o papel importantíssimo que a minha mãe teve na minha formação (GONZALEZ, 2020, p. 287).

A autora encontra na figura da mãe, indígena e analfabeta, “uma sacação assim incrível a respeito da realidade em que vivíamos e, sobretudo, em termos de realidade política” (2020, p. 287). Esta “figura do povo, uma mulher lutadora, uma mulher inteligente” (2020, p. 287), teve um impacto na vida de Lélia. O retorno a suas origens foi também o momento de dedicação de nossa autora aos movimentos sociais. Renata Gonçalves (2021), a este respeito, observa que seu envolvimento com organizações políticas se consolidou naquele momento, final dos anos de 1960. A autora não passou despercebida pelo Departamento de Ordem e Política Social (Dops) e informações sobre ela aparecem nos fichários do órgão em 1972, quando houve a averiguação sobre seu possível envolvimento no “recrutamento de adeptos à doutrina marxista” na Universidade Gama Filho, onde ela lecionava filosofia. Desde então, ela teve muitas inserções políticas. Juntamente com outras lideranças negras, fundou o Movimento Negro Unificado (MNU), que visava denunciar o mito da democracia racial, lutava pelo fim da violência e discriminação racial e reivindicava políticas públicas em benefício da população negra.

Participou do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras, fundou e atuou “no Coletivo de Mulheres Negras N’Zinga. Integrou a primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entre 1985 e 1989” (BARRETO, 2018, p. 15). Também foi integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo candidata à deputada federal em 1982; depois, se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), sendo candidata à deputada estadual em 1986 (RATTS; RIOS, 2010).

Além dos estudos sobre racismo e cultura brasileira, a autora começou a se interessar pelos estudos feministas, uma vez que, principalmente com o envolvimento no Movimento Negro Unificado, pode perceber posturas e falas machistas e patriarcais advindo dos companheiros que compunham o grupo. Nesse contexto, as mulheres estavam sempre em segundo plano e não encontravam espaço para pertencerem a um grupo em que os integrantes, em sua maioria, se colocavam em superioridade pelo fato de serem homens. Ainda que por vezes fosse silenciada, Lélia não se curvava a essa superioridade masculina, “não romantizava os movimentos em que atuava e repreendia incisivamente o comportamento machista de seus companheiros de luta.” (VIEIRA, 2015, p. 217). Por outro lado, sua participação no movimento feminista a fez compreender que a solidariedade entre as mulheres não se estendia nem à luta antirracista e tampouco se ramificava à luta contra a desigualdade de classes.

A partir da percepção do machismo no Movimento Negro Unificado e da ausência da pauta negra em grupos de mulheres, Lélia entendeu a necessidade de se dedicar aos estudos sobre mulheres negras participando ativamente do processo de construção de um movimento autônomo das mulheres negras.

No mesmo movimento em espiral, inseriu-se na militância feminista, ajudou a fundar o Movimento de Mulheres Negras e, no mesmo processo, publicou vários textos que, ao mesmo tempo, colocaram em evidência o lugar da mulher negra no capitalismo dependente brasileiro e criticaram fortemente o caráter eurocêntrico do feminismo hegemônico no país. (GONÇALVES, 2020, p. 228).

Contribuições da *amefricanidade* de Lélia Gonzalez

Lélia Gonzalez hoje é conhecida como uma intelectual negra que problematizou a tripla opressão das mulheres negras (de gênero, de raça e de classe) antecipando a noção de interseccionalidade (RIOS; RATTS, 2016; CARDOSO, 2014). No capitalismo, o racismo e o sexismo se transformam em parte da própria estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas. Neste sentido,

dinamizam a reprodução da divisão racial e sexual do trabalho impondo à mulher negra a tríplice discriminação. Os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão.

Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o *cidadão* negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da ‘*inferioridade*’ que seriam peculiares. E tudo isto acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (GONZALEZ, 2020, p. 58).

Este lugar da mulher negra é marcado pela intensificação da atividade laboral. Antes de ir para o emprego doméstico, tem de deixar prontas as tarefas de casa, que passam por buscar água na bica, preparar a alimentação para os filhos e companheiro, lavar, passar etc. e dirigir-se à casa da patroa para cuidar dos filhos desta, sem que possa cuidar dos seus.

Os estudos de Gonzalez trazem outro elemento importante para compreender a América latina: o racismo. Retoma a crítica de W.E.B. Du Bois sobre as relações inter-raciais de portugueses e população escravizada para problematizar a teoria do lusotropicalismo, de Gilberto Freyre. No confronto com o autor, em especial a partir do livro *Casa-grande & Senzala*, Gonzalez enfatiza que a miscigenação aclamada pelo antropólogo pernambucano não pode ser interpretada como sinônimo de harmonia racial. Ao contrário, é “o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.)” (GONZALEZ, 2020, p. 50).

As indagações sobre o racismo levaram Lélia Gonzalez a perceber um traço comum da presença negra na construção cultural do continente americano. Observou que o racismo desempenha um papel ideológico fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelo colonizado e na perpetuação da dominação colonial. No artigo “Racismo e sexismo na cultura

brasileira”, a autora evoca Frantz Fanon para compreender a identificação do dominado com o dominador. Lélia, neste processo, percebe que falta algo mais para a compreensão do lugar da mulher negra na sociedade de classes. E compreende que a leitura apenas sob a perspectiva econômica não responde a todas as perguntas.

E começaram a se delinear para nós, aquilo que se poderia chamar de contradições internas. O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, em vez de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar (GONZALEZ, 2020, p. 77).

Inspirada pelo pensamento do martinicano Frantz Fanon, a autora identifica similaridades da presença negra e do racismo ao longo do continente americano. A obra de Lélia traz inúmeras reflexões a respeito dos “danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado” (CARDOSO, 2014, p. 968). Para a autora, racismo assume táticas distintas com, ao menos, duas faces: a do *racismo aberto* (como a segregação racial estadunidense) e o *racismo disfarçado*, que Lélia prefere classificar como *racismo por denegação* (presentes na América Latina). Enquanto nas sociedades de racismo aberto a miscigenação é impensável face à busca pela “pureza” e manutenção da “superioridade” branca, nas sociedades latinas “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’” (GONZALEZ, 2020, p. 130).

Na América Latina, segundo a autora, constituíram-se sociedades racialmente estratificadas que *garantem a superioridade branca* enquanto grupo dominante, dispensando o recurso ao racismo aberto. É a ideologia do embranquecimento que mantém negros e povos originários na condição de subalternos. Lélia identifica entre as regiões do continente vários elementos

de africanização, em especial no que se refere à resistência cultural dos negros. Procura romper com “a reprodução inconsciente da posição imperialista dos Estados Unidos, que afirmam ser ‘A AMÉRICA’” (2020, p. 134).

E para ultrapassar o debate acerca dos termos “afro-americanos” e “africanoamericano”, que deixa de fora a imensa maioria dos/as habitantes do continente, a autora propõe a categoria político-cultural de *amefricanidade*. Por meio dela, podem-se romper os limites territoriais, linguísticos, ideológicos e atingir uma consciência efetiva de nós mesmos. Para Gonzalez, a “amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” (2020, p. 135). A amefricanidade de Lélia Gonzalez sempre esteve “nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre” (GONZALEZ, 2020, p. 138).

A experiência amefricana é a da diáspora, bem distinta daquela dos africanos/as que permaneceram no continente. Gonzalez reconhece a herança africana como fonte revivificadora da heroica resistência e “criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação”. Este reconhecimento, em última instância, significa identificar e valorizar “um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (2020, p. 138).

Esta concepção aparece de forma um pouco mais aprofundada no debate que Lélia estabelece com as feministas latino-americanas. A autora parte de sua experiência enquanto mulher negra para problematizar “algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me às ameríndias e às *amefricanas* subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade” (GONZALEZ, 2020, p. 140). Mesmo reconhecendo o papel fundamental do feminismo, como teoria e prática, na vida concreta das mulheres e nas discussões acerca da orientação sexual, Gonzalez enfatiza que o mesmo não aconteceu com a discriminação de natureza racial.

Há, segundo a autora, uma espécie de esquecimento da questão racial, que encontra suas raízes no que ela denomina “cosmovisão eurocêntrica e

neocolonialista da realidade” que infantilizam mulheres e não brancos, classificados por um sistema ideológico de dominação, que hierarquiza e que suprime a condição de humanidade. Fanon oferece uma compreensão dos mecanismos psíquicos inconscientes que podem ser explicados pela superioridade atribuída ao colonizador pelo colonizado.

No contexto marcado por profundas desigualdades no continente, são as “afro-americanas e ameríndias que, preocupadas com o problema da sobrevivência familiar, buscam organizar-se coletivamente; por outro lado, suas presenças, sobretudo no mercado informal de trabalho as remetem a novas demandas. Dada sua posição social, articulada com a discriminação racial e sexual, são elas que sofrem mais brutalmente os efeitos da crise” (GONZALEZ, 2020, p. 146-147).

À guisa de conclusão: Lélia Gonzalez para os dias atuais

Recém-publicado, o livro já recebeu várias resenhas e localizamos três mais acadêmicas na plataforma *Scielo*. Em Morais (2021) e Machado (2021), encontramos uma apresentação do que cada leitor/a poderá encontrar na obra. O terceiro texto, assinado por Cidinha da Silva (2021), traz críticas contundentes tanto à forma como o livro foi estruturado, como às próprias escolhas explicitadas na introdução escrita pelas organizadoras.

Reconhecida escritora negra, Silva enfatiza a relevância do livro para divulgar o legado de Lélia González. No entanto, discorda veementemente das organizadoras quando estas se referem à Lélia Gonzalez como “a mais expressiva intelectual negra do Brasil no século xx”. Intelectuais negras como Luiza Bairros e Sueli Carneiro, por exemplo, para Cidinha da Silva, se equiparam à autora de *Por um feminismo afro-latino-americano*. Se Gonzalez tinha a capacidade de se antecipar aos acontecimentos discursando sobre o que seria alcançado tempos depois, fazendo-se insuperável nesse aspecto, o pensamento requintado e a capacidade de escrita de Bairros são inigualáveis; e Carneiro se destaca pelo potencial de se aprofundar em leituras e traçar rotas de fuga para cada cenário existente (SILVA, 2021).

Dentre outros apontamentos, Cidinha da Silva critica a transcrição de uma resposta de Gonzalez, que se refere à Luiza sem o sobrenome Bairros. Algo que a nosso ver, deve-se, simplesmente, à proximidade de corpos e de ideias.

Apesar das críticas contundentes, a escritora reconhece Lélia Gonzalez como referência para as mulheres na luta contra as diversas formas de opressão. Trata-se, portanto, de uma intelectual que dialoga com as múltiplas abordagens contemporâneas fundamentais para o pensamento feminista negro (SILVA, 2021).

O livro de Lélia Gonzalez provoca inúmeras reflexões, mas seu maior mérito é o de apresentar, especialmente para as jovens feministas negras, a importância da produção intelectual de uma mais velha, que não mediu esforços para compreender o racismo, o sexismo e a desigualdade de classes na sociedade brasileira e na realidade latino-americana. Antes mesmo dos muitos “modismos” que acompanham o feminismo, hegemônico ou não, Lélia Gonzalez percebia a tripla e árdua condição das mulheres, negras e trabalhadoras. Realidade que precisa de mais estudos acurados e, principalmente, de muitas lutas para superar essa condição. A irreverente autora de *Por um feminismo afro-latino-americano* oferece algumas pistas.

Boa leitura e nos vemos na luta!

Referências

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018, p. 12-27.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento: contribuições para o combate à tríade capitalismo-patriarcado-racismo. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org.). **Marxismo e questão étnico-racial**: desafios contemporâneos. São Paulo: EDUC, 2021, p. 73-86.

GONÇALVES, Renata. Lélia Gonzalez e a influência de Frantz Fanon: construindo uma nova epistemologia feminista. In: MAGNO, Patrícia Carlos; PASSOS, Rachel

Gouveia (orgs.). **Direitos humanos, saúde mental e racismo**: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: Defensoria pública do estado do Rio de Janeiro, 2020, p. 225-238.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MACHADO, Cauê Fraga. Resenha. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, p. 1-4, 2021.

MORAIS, Maira Luana. Lélia Gonzalez, a intérprete do Brasil. **Opiniões** – Revista dos Alunos de Literatura Brasileira, São Paulo, Ano 10, n. 18, 2021.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RIOS, Flávia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; CHALHOUB, Sidney (orgs.). **Pensadores negros – pensadoras negras**: Brasil, Séculos XIX e XX. Cruz das Almas: UFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p. 467-486.

SILVA, Cidinha da. A Lélia Gonzalez que emerge deste livro. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 64, p. 711-725, 2021.

VEIRA, Bianca. Em bom pretuguês: Lélia Gonzalez, uma quilombola amefricana. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 214-218, 2015.

Recebido: 09/12/2021

Aceito: 20/12/2021